

**LINX S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ: 06.948.969/0001-75  
NIRE: 35.300.316.584

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2020**

- 1 DATA, HORA E LOCAL.** Realizada em 10 de agosto de 2020, às 17:00 horas, na sede social da Linx S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7.221, cj. 701, Bl. A, sala 1, Edifício Birmann 21, Pinheiros, CEP 05425-902.
- 2 CONVOCAÇÃO E PRESENÇA.** Convocados na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, foi verificada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, via conferência telefônica, conforme facultado pelo artigo 20 do Estatuto Social da Companhia.
- 3 COMPOSIÇÃO DA MESA.** Presidente: Nécio José Monteiro Fernandes; Secretário: Henry Sergio Sztutman.
- 4 ORDEM DO DIA.** Discutir e deliberar a respeito da proposta ("Proposta") formulada à diretoria pela STNE Participações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.767.420/0001-82 ("STNE") e indiretamente controlada pela STONECO LTD., sociedade constituída e validamente existente sob as leis das Ilhas Cayman, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.752.270/0001-82 (em conjunto com a STNE, o "Grupo Stone"), para a possível combinação de negócios da Companhia e da STNE (a "Operação").
- 5 DELIBERAÇÕES.** Instalada a reunião, os membros do Conselho de Administração consignaram que receberam uma minuta do Acordo de Associação e demais documentos relacionados à Operação, discutiram os termos e condições da Proposta feita pelo Grupo Stone, objeto de negociação com a diretoria, e efetuaram perguntas e receberam os esclarecimentos solicitados, detalhados no Anexo I. Tendo sido cientificados acerca da natureza e extensão do interesse dos conselheiros e acionistas fundadores Nécio José Monteiro Fernandes, Alberto Menache e Alon Dayan, no que diz respeito a obrigações remuneradas que impedem a competição no futuro, bem como outros instrumentos de remuneração, que foram condição colocada pela Stone, tais conselheiros se declararam impedidos exclusivamente no tocante a essa matéria nos termos do Artigo 156 da Lei nº 6.404/76. Os conselheiros Roger de Barbosa Ingold e João Cox Neto tiveram a oportunidade de pedir esclarecimentos e debateram separadamente os aspectos da Operação. Em seguida, todos os Conselheiros recomendaram, por unanimidade de votos, a celebração pela Companhia do Acordo de Associação e documentos correlatos para a realização da Operação, em termos substancialmente iguais àqueles apresentados ao Conselho de Administração nesta Reunião, feitos os ajustes solicitados, e conforme as discussões adicionais e as consignações de interesse constantes do referido Anexo I,

estando a conclusão da Operação sujeita à aprovação em assembleia geral da Companhia a ser oportunamente convocada.

- 6 ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 20:20h para a lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes e pelo Presidente e Secretário da Mesa. São Paulo, 10 de agosto de 2020. **Mesa:** Presidente: Nécio José Monteiro Fernandes; Secretário: Henry Sergio Sztutman. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Nécio José Monteiro Fernandes, Alberto Menache, Alon Dayan, Roger de Barbosa Ingold e João Cox Neto.

*Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.*

São Paulo, 10 de agosto de 2020.

---

Henry Sergio Sztutman  
**Secretário**

**LINUX S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ: 06.948.969/0001-75  
NIRE: 35.300.316.584

**ANEXO I À ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2020**

- 1** Em 10 de agosto de 2020, às 17:00 horas, os membros do Conselho de Administração da Linx S.A. ("Linx", ou "Companhia") se reuniram para discutir e deliberar a respeito da proposta ("Proposta") formulada pela STNE Participações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.767.420/0001-82 ("STNE") e indiretamente controlada pela STONECO LTD., sociedade constituída e validamente existente sob as leis das Ilhas Cayman, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.752.270/0001-82 ("StoneCo") e, em conjunto com a STNE, o "Grupo Stone", para a possível combinação de negócios da Companhia e da STNE (a "Operação").
- 2** Este Anexo I contém a pormenorização dos assuntos discutidos na Reunião, conforme contido abaixo.
- 3** A reunião foi convocada no próprio dia 10 de agosto às 14:00 horas enquanto já estava em curso a reunião ordinária do conselho de administração, a pedido do CEO Alberto Menache, que informou que havia recebido a Proposta do Grupo Stone. Ainda segundo informado pelo CEO Alberto Menache, a Proposta, cujos termos finais foram definidos em 10 de agosto, deveria ser aceita pela Companhia antes da divulgação do ITR do 2º trimestre, razão pela qual se fazia necessária a deliberação urgente do tema, sob pena de ser retirada a Proposta pelo Grupo Stone.
- 4** Os documentos da Operação foram disponibilizados para análise dos Conselheiros no início da reunião. Os Conselheiros João Cox Neto e Roger Ingold ("Conselheiros Independentes") solicitaram mais tempo para avaliação e discussão do tema, tendo sido informados pelo CEO Alberto Menache que, tendo em vista a validade da Proposta, conforme exposto acima, eventual adiamento da deliberação implicaria a perda da oportunidade de negócio pela Companhia.
- 5** Em seguida, o assessor financeiro Goldman Sachs passou à apresentação da análise financeira da Operação com base em referências de mercado, abordando análises comparativas de performance das ações das companhias Linx e StoneCo, as premissas da relação de troca, análises do valor das ações da Linx e do prêmio implícito da Operação com base em vários critérios, incluindo comparação de prêmios implícitos de outras operações semelhantes e estimativas de preço-alvo de recomendação segundo relatórios de analistas de *research*.

- 6 Questionado pelos Conselheiros Independentes, o assessor financeiro confirmou que a análise financeira da Operação com base em referências de mercado estaria gerando prêmio para os acionistas da Companhia no valor aproximado de R\$1,4 bilhão quando comparado com o preço de fechamento desta data, e que os parâmetros de avaliação da Operação estavam em linha com os prêmios de transações precedentes e acima do consenso do preço-alvo dos analistas disponíveis na data de hoje.
- 7 Esclarecidos os fundamentos econômicos da Operação, e considerando a inviabilidade do adiamento *versus* a perspectiva de se estar diante de transação de grande importância para o futuro da Companhia, o Conselho deu início à análise das informações disponibilizadas pelo CEO Alberto Menache sobre a estrutura da Operação.
- 8 Antes de a matéria ser colocada em votação, os Conselheiros Independentes pediram para conhecer a estrutura jurídica e repassar os documentos a serem assinados, conforme recebidos por e-mail às 17:02 horas desta data.
- 9 Acatada pelo Presidente do Conselho a solicitação feita pelos Conselheiros Independentes, os assessores jurídicos Pinheiro Neto Advogados e White & Case apresentaram os principais termos e condições da Proposta da STNE, conforme abaixo:
- (i) A integração das atividades da STNE e da Linx será implementada por meio (a) da incorporação da totalidade das ações de emissão da Linx pela STNE ("Incorporação de Ações"), com a atribuição, aos acionistas da Linx, de ações preferenciais mandatoriamente resgatáveis classe A e classe B de emissão da STNE; e (b) do resgate da totalidade dessas novas ações preferenciais mandatoriamente resgatáveis da STNE ("Resgate de Ações"), mediante o pagamento de valor em dinheiro e da entrega de ações classe A de StoneCo, negociadas na NASDAQ - Nasdaq Stock Market ("NASDAQ").
  - (ii) Mediante a aprovação da Incorporação de Ações, serão atribuídas aos acionistas da Linx novas ações preferenciais mandatoriamente resgatáveis classe A e classe B de emissão da STNE, sendo atribuída 1 (uma) ação preferencial mandatoriamente resgatável classe A e 1 (uma) ação preferencial mandatoriamente resgatável classe B de emissão da STNE para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Linx ("Novas Ações"). As Novas Ações terão os direitos e benefícios a elas atribuídos nos termos do Estatuto Social da STNE.
  - (iii) Imediatamente após a implementação da Incorporação de Ações, o Resgate de Ações dar-se-á da seguinte forma: (a) cada 1 (uma) ação preferencial Classe A de STNE será resgatada mediante o pagamento, à vista, ao seu titular, de R\$ 30,39, atualizado pro rata die com base na variação do CDI a partir do 6º (sexto) mês contado a partir da data de assinatura do Acordo de Associação; e (b) cada 1 (uma) ação preferencial Classe B de STNE será resgatada mediante a entrega,

ao seu titular, de 0,0126774 ações classe A de StoneCo, negociadas na NASDAQ.

- (iv) A relação de troca acordada pelas partes atribui um valor por ação da Companhia, representando ganho significativo sobre o valor médio de negociação dos últimos 30 dias anteriores a 7 de agosto de 2020, e acima da média das estimativas de preço-alvo de recomendação segundo relatórios de analistas de *research* disponíveis na data de hoje, gerando um ganho absoluto aproximado aos acionistas de R\$1,4 bilhão quando comparado com o preço de fechamento desta data.
- (v) O Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações (“Protocolo”) poderá estabelecer alternativas de combinação de parcela em dinheiro ou em ações classe A da StoneCo, desde que respeitado o desembolso de R\$ 5.441.122.179,42 e de entrega de 2.269.802 ações classe A da StoneCo.
- (vi) O fechamento da Operação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, sem limitação, (I) a aprovação definitiva do CADE; (II) o registro de declaração (*registration statement*) da StoneCo no Formulário F4, nos termos do *Securities Act* de 1933 dos EUA; (III) a aprovação, pelos acionistas da Linx, (a) da dispensa da aplicação do Artigo 43 do Estatuto Social da Linx relacionada a eventual obrigação da STNE de realizar a oferta pública para aquisição de ações da Linx em decorrência da Operação; (b) da dispensa da adesão da STNE ao segmento Novo Mercado da B3; e (c) da Incorporação de Ações, inclusive, mas não se limitando, ao Protocolo e o respectivo laudo de avaliação; e (IV) a aprovação, pelos acionistas da STNE, (a) da Incorporação de Ações, inclusive, mas não se limitando, ao Protocolo e o respectivo laudo de avaliação; e (b) do Resgate de Ações, como ato subsequente e interdependente da Incorporação de Ações. A aprovação pelos acionistas da Linx deverá contar com a anuência da maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral da Companhia que irá deliberar sobre a Operação, nos termos do artigo 46, parágrafo único do Regulamento do Novo Mercado, bem como o voto de metade, no mínimo, das ações com direito a voto, nos termos do § 2º do artigo 252 da Lei das S.A.
- (vii) O compromisso de exclusividade a ser assumido com o Grupo Stone para consumir a Operação, com a ressalva expressa de que, caso, por iniciativa exclusiva de um terceiro e desde que sem qualquer movimentação ativa da Companhia a partir da data de assinatura do Acordo de Associação, a Companhia seja abordada por escrito por terceiro com a intenção de apresentar proposta que seja concorrente à Operação, ficam os administradores da Companhia, no âmbito do seu Conselho de Administração, autorizados a receber e avaliar a proposta em questão, juntamente com o envolvimento dos seus assessores contratados, no melhor interesse da Companhia, sendo certo que tal conduta, incluindo a eventual

recomendação de aprovação de proposta concorrente pelo Conselho de Administração da Companhia, não constituirá violação à obrigação de exclusividade assumida no Acordo de Associação. Caso seja realizada operação concorrente com um terceiro, a Companhia deverá pagar multa compensatória à STNE equivalente a R\$605 milhões, ou 25% deste valor em caso de não aprovação da Incorporação de Ações e da saída do Novo Mercado em assembleia geral. Caso a aprovação do CADE para a Operação não seja obtida, a STNE deverá pagar multa compensatória à Linx equivalente a R\$605 milhões. Caso uma das partes descumpra suas respectivas obrigações assumidas resultando na rescisão do Acordo de Associação, a Linx ou a STNE pagará à parte inocente uma multa compensatória equivalente a R\$605 milhões.

- (viii) No âmbito da Operação, os acionistas fundadores da Linx deverão celebrar um compromisso de votar favoravelmente à aprovação da Operação, ressalvadas eventuais hipóteses de impedimento legal. Adicionalmente, os acionistas fundadores da Linx se comprometerão a não alienar suas ações durante a vigência do acordo da Operação.
- (ix) Por fim, como condição imposta pela STNE como elemento essencial da Operação, os acionistas fundadores que ocupam posições-chave deverão firmar compromissos remunerados de não-competição e de não-aliciamento, bem como a STNE fez uma proposta para contratação do atual Diretor-Presidente da Companhia para que continue a prestar serviços para o Grupo Stone, em ambos os casos condicionados à conclusão da Operação.

**10** Apresentada a estrutura da Operação, os Conselheiros Independentes passaram a discutir com os assessores e demais Conselheiros os seus principais termos e condições, tendo revisado a minuta do Acordo de Associação e do Compromisso de Voto e, além das demais indagações já mencionadas, fizeram diversos outros questionamentos aos assessores presentes, conforme resumidos abaixo:

- (i) Sobre o valor atribuído às ações da Companhia em relação ao mínimo constante do Artigo 43 do Estatuto Social que, como era do conhecimento de todos, havia sido revisto recentemente, na assembleia realizada em 30 de abril de 2020, os Conselheiros Independentes externaram sua preocupação, principalmente considerando-se que a não aprovação da dispensa de oferta pública de aquisição por aumento de participação importaria à Companhia o pagamento de multa no valor de cerca de R\$150 milhões.

A referida multa também seria aplicável à Linx em caso de (a) não aprovação da Operação pelo voto de metade, no mínimo, das ações com direito a voto, nos termos do § 2º do Artigo 252 da Lei das S.A.; ou (b) não aprovação da proposta de dispensa da adesão ao segmento Novo Mercado da B3, nos termos do Artigo 46, parágrafo único do Regulamento do Novo Mercado.

Os Conselheiros Independentes questionaram se o valor da multa de R\$ 150 milhões estaria alinhado com práticas de mercado e seria justificável no contexto da Operação.

O CEO Alberto Menache esclareceu que a referida penalidade foi condição de negócio exigida pelo Grupo Stone para a Operação, na medida em que serviria para compensar os custos transacionais do Grupo Stone e as elevadas obrigações de multa exigidas do Grupo Stone pela Companhia em contrapartida ao seu comprometimento com a Operação, em linha com práticas de mercado, e que o Grupo Stone não aceitava sua redução ou eliminação.

Neste ponto, o assessor financeiro Goldman Sachs apresentou exemplos praticados pelo mercado nacional e internacional para *break up fees* que confirmaram a existência de precedentes no patamar que foi negociado.

Tanto os assessores financeiros como os assessores jurídicos deram vários exemplos de empresas e casos recentes em que os acionistas aprovaram a retirada ou dispensa da cláusula de oferta pública por aquisição de participação relevante. Os assessores jurídicos explicaram que a realização de uma transação por um preço implícito inferior ao valor estabelecido no Artigo 43 do Estatuto Social, mediante retirada ou dispensa pela assembleia (tal como pretendido no bojo da Operação), não representa violação ao Estatuto Social, ao regulamento ou à legislação aplicáveis.

- (ii) Passou-se então à discussão sobre a aplicabilidade à Linx da multa compensatória no valor de R\$605 milhões, questionada pelos Conselheiros Independentes tendo em vista o elevado valor.

Foi esclarecido que tal multa somente seria devida pela Linx em caso de desistência ou violação de obrigações, com destaque para o compromisso de exclusividade com o Grupo Stone. O CEO Alberto Menache informou ainda que o valor tinha sido estabelecido de forma recíproca para ambas as partes, ou seja, caso o Grupo Stone desistisse do negócio, estaria sujeito ao pagamento de multa no mesmo valor, o que representava uma proteção importante para a Linx.

Especificamente em relação à obrigação de exclusividade, foi esclarecido pelos assessores jurídicos que os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia poderão receber e analisar propostas não-solicitadas, preservando o direito da Companhia de receber ofertas superiores de terceiros, resguardando os deveres fiduciários dos administradores e o melhor interesse da Companhia.

- (iii) Os Conselheiros Independentes questionaram se o Acordo de Associação assegurava a aplicabilidade ao Grupo Stone da mesma multa compensatória no valor de R\$605 milhões, cobrindo as hipóteses de saída e mantendo a simetria entre as penalidades aplicáveis às partes, mormente como contrapartida à assunção pela Companhia da obrigação de exclusividade.

Nessa linha, com o objetivo de não permitir que o Grupo Stone vislumbre hipótese de saída sem o pagamento da multa, os Conselheiros Independentes também discutiram a importância de se deixar claro nos documentos que o prazo para realização da Assembleia Geral da Linx para aprovação da Operação somente comece a correr após a eficácia do Formulário F-4 (condição precedente de responsabilidade do Grupo Stone).

Restou esclarecido que, caso o Grupo Stone não consuma a Operação por ato de sua responsabilidade, caso a aprovação do CADE não seja obtida (sem culpa da Linx) ou seja obtida com restrições, e/ou o Grupo Stone deixe de cumprir suas obrigações para consumir a Operação, o Grupo Stone deverá pagar multa compensatória à Companhia em valor equivalente a R\$605 milhões.

- (iv) Os Conselheiros Independentes também discutiram a importância de que sejam afastados determinados riscos da *MAC Clause* que pudessem gerar a saída do Grupo Stone do negócio sem o pagamento de multa, como efeitos de eventual “repique” da pandemia. Os assessores jurídicos confirmaram que o *trigger* para caracterizar o efeito material adverso seria uma queda de receita anual da Companhia de 20%, excluídos os efeitos da pandemia.
- (v) Sobre eventuais problemas jurídicos decorrentes do fato de a Companhia fazer um de-listing das suas ações na NYSE, após apenas cerca de um ano da listagem, os assessores jurídicos White & Case informaram que não haveria vedação ou penalidade aplicável à Companhia, sendo o de-listing aceitável já que transcorrido mais de um ano da abertura, ainda que realizado em valor inferior ao que fora feita a listagem.
- (vi) Os Conselheiros Independentes foram cientificados acerca da existência de interesse dos Conselheiros e acionistas fundadores Nécio José Monteiro Fernandes, Alberto Menache e Alon Dayan, no que diz respeito a obrigações remuneradas que impedem a competição no futuro, bem como outros instrumentos de remuneração, que foram, segundo informado, uma condição colocada pelo Grupo Stone para a realização da Operação.

Os contratos recebidos por e-mail ainda careciam de informações completas sobre os valores acordados, razão pela qual, tendo sido questionado pelos Conselheiros Independentes, o CEO Alberto Menache informou os valores oferecidos pelo Grupo Stone a título de indenização por não-competição, a serem



pagos em ações da StoneCo ao longo de 3 anos, a saber: (a) R\$100 milhões para o acionista fundador Nécio José Monteiro Fernandes; (b) R\$100 milhões para o acionista fundador e CEO Alberto Menache; e (c) R\$15 milhões para o acionista fundador Alon Dayan, com uma variação em cada caso, para mais ou para menos, de até 5%, sendo certo que tais valores não possuem qualquer relação de proporção com as suas respectivas participações societárias.

Questionado pelos Conselheiros Independentes, o CEO Alberto Menache confirmou tratar-se de exigência do Grupo Stone, destacando que a inclusão da cláusula de não concorrência é condição essencial da transação, ao que os assessores jurídicos chamaram a atenção que tal ponto havia sido devidamente explicitado na cláusula 6.8 do Acordo de Associação.

Ainda sobre o tema, foi esclarecido pelos assessores jurídicos, em resposta aos Conselheiros Independentes, que (a) se trata de instrumentos particulares a serem firmados entre tais acionistas fundadores e o Grupo Stone, sem a participação ou interveniência da Companhia; (b) os respectivos termos e condições serão divulgados na íntegra e as obrigações de não-competição e não-aliciamento encontram-se dentro de práticas de mercado e não violam qualquer norma a que esteja submetida a Companhia; e (c) referida contratação não trará qualquer ônus ou impacto seja para a Companhia, seja para seus acionistas.

Especificamente em relação ao compromisso do CEO Alberto Menache, os assessores jurídicos esclareceram que a justificativa para a coexistência de um acordo de não-concorrência e de um contrato de trabalho decorre do fato de que o acordo de não-concorrência assegura ao Grupo Stone que o CEO não concorrerá com o Grupo Stone mesmo na hipótese de não permanecer no Grupo Stone após a consumação da Operação, tendo em vista que o contrato de trabalho poderá ser rescindido a qualquer momento caso sua continuidade não seja do interesse das partes.

Os assessores jurídicos confirmaram ainda que tais acordos de remuneração e de indenização por não-concorrência e não-aliciamento não representam violação à governança, ao Estatuto, ao regulamento ou à legislação aplicáveis.

Foi registrado que os Conselheiros Nécio José Monteiro Fernandes, Alberto Menache e Alon Dayan, no que diz respeito a obrigações remuneradas que impedem a competição no futuro, bem como outros instrumentos de remuneração, se declararam impedidos de intervir nas discussões exclusivamente no tocante a essa matéria nos termos do Artigo 156 da Lei n 6.404/76.

Como as obrigações de não-concorrência e não-aliciamento dos acionistas fundadores e a proposta de trabalho do CEO foram impostas pelo Grupo Stone, e

como a Companhia não será parte de tais contratos, que só produzirão efeitos se e quando a Operação for concluída, o teor dos contratos a serem celebrados com os acionistas fundadores e o CEO não foi submetido à deliberação do Conselho de Administração. Esse fato, contudo, não prejudicou em qualquer aspecto o entendimento dos termos e condições tratados em tais contratos, nem a aprovação da Operação, que se mostra benéfica à Companhia e seus acionistas.

- (vii) Por fim, após apresentarem esclarecimentos a todos os questionamentos dos Conselheiros Independentes, os assessores jurídicos nacionais e estrangeiros reiteraram aos Conselheiros Independentes que a Operação respeitava todos os princípios legais e de governança aplicáveis, em especial o princípio da transparência.

Considerando os fatos e os fundamentos apresentados pelos assessores para embasar suas conclusões, bem como as análises econômicas detidamente explicadas e consideradas, os Conselheiros Independentes consideraram que os temas de maior relevância para a Operação estavam suficientemente esclarecidos para a tomada de decisão de maneira informada e com a cautela que o tema requer.

- 11** Os Conselheiros estabeleceram como premissa fundamental para as deliberações aqui tomadas que fosse dada total transparência (*full disclosure*) ao mercado acerca dos termos e condições da Proposta, com a divulgação de todos os contratos e documentos relacionados à Operação, para garantir que, no futuro, a assembleia geral da Companhia, de forma soberana, disponha de todos os elementos e informação completa para deliberar definitivamente acerca dos termos da Operação.
- 12** Tendo em vista que a Operação somente será aprovada em definitivo mediante a anuência dos acionistas, observados os quóruns previstos na legislação e regulamentação, foi estabelecido que será apresentada para o Conselho de Administração *fairness opinion* por uma instituição financeira de primeira linha antes do encaminhamento da proposta da administração para a assembleia geral da Companhia que deliberará acerca da Operação, atestando a equidade da relação de troca de ações prevista na Operação.
- 13** Os Conselheiros solicitaram que a Diretoria os mantenha informados acerca dos próximos passos até a assinatura dos documentos definitivos, bem como da verificação das condições precedentes.
- 14** Diante do exposto, e com base nas informações prestadas pelo CEO Alberto Menache e nos esclarecimentos recebidos dos assessores, o Conselho de Administração entendeu que a realização da Operação está alinhada aos melhores interesses da Companhia e gerará valor aos acionistas tendo em vista o expressivo prêmio negociado, recomendando, por unanimidade de votos, a celebração pela Companhia do Acordo de

Associação e documentos correlatos para a realização da Operação, em termos substancialmente iguais àqueles apresentados ao Conselho de Administração nesta Reunião, feitos os ajustes solicitados, e conforme as discussões adicionais e as consignações de interesse constantes deste Anexo.

- 15** Com a Proposta aqui aprovada, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria a firmar pela Companhia o Acordo de Associação e os documentos correlatos para a realização da Operação e, mediante a sua assinatura, a divulgar Fato Relevante para que os acionistas da Companhia tomem devido conhecimento acerca dos aspectos relevantes da Operação, nos termos da legislação aplicável. A conclusão da Operação estará sujeita à aprovação em assembleia geral da Companhia a ser oportunamente convocada.

São Paulo, 10 de agosto de 2020.

Mesa:

---

Nércio José Monteiro Fernandes  
Presidente

---

Henry Sergio Sztutman  
Secretário

Conselheiros:

---

Nércio José Monteiro Fernandes

---

Alberto Menache

---

Alon Dayan

---

João Cox Neto

---

Roger de Barbosa Ingold

**LINX S.A.**  
Publicly Held Company  
CNPJ: 06.948.969/0001-75  
NIRE: 35.300.316.584

**MINUTES OF THE BOARD OF DIRECTORS'  
MEETING HELD ON AUGUST 10, 2020**

- 1 DATE, PLACE AND TIME.** On August 10, 2020, at 17:00 hours, at the headquarters of Linx S.A. ("Company"), in the City of São Paulo, State of São Paul, at Avenida Doutora Ruth Cardoso, No. 7,221, suite 701, Block A, room 1, Edifício Birmann 21, Pinheiros, Zip Code 05425-902.
- 2 CALL NOTICE AND ATTENDANCE.** Call notice in the form of the Bylaws of the Company. Attendance of all the members of the Board of Directors of the Company, by means of a conference call, as provided in Article 20 of the Company's Bylaws.
- 3 PRESIDING BOARD.** President: Nécio José Monteiro Fernandes; Secretary: Henry Sergio Sztutman.
- 4 AGENDA.** To discuss and resolve on the proposal ("Proposal") presented to the Executive Office of the Company by STNE Participações S.A., a joint-stock corporation enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ/ME) under No. 35.767.420/0001-82 ("STNE") and indirectly controlled by STONECO LTD., a company organized and validly existing under the laws of the Cayman Islands, enrolled with CNPJ/ME under No. 31.752.270/0001-82 (jointly with STNE, the "Stone Group"), for the possible combination of businesses of the Company and STNE (the "Transaction").
- 5 RESOLUTIONS.** With the meeting duly opened, the members of the Board of Directors acknowledged that they received a draft Association Agreement and other documents related to the Transaction, that they discussed the terms and conditions of the Proposal presented by Stone Group, which is currently under negotiation with the Executive Office, and asked questions and received the requested clarifications, as detailed in Exhibit I. Duly informed of the extent and nature of the interest of board members and founding shareholders Nécio José Monteiro Fernandes, Alberto Menache and Alon Dayan in relation to the remunerated obligations that will prevent future competition, as well as other remuneration instruments, which were a condition imposed by Stone, such members of the Board of Directors declared themselves prevented from voting exclusively in relation to said matters, in accordance with Article 156 of Law No. 6,404/76. The Board members Roger de Barbosa Ingold and João Cox Neto had the opportunity to request clarifications and discuss privately the aspects of the Transaction. After that, all Board members recommended unanimously the execution by the Company of the Joint Venture Agreement and other documents related to the implementation of the Transaction, substantially in the same terms presented to the Board of Directors on this Meeting, provided that the requested adjustments be made and according to the additional discussions and the

disclosures of interest contained in Exhibit I, with the conclusion of the Transaction subject to approval in a general shareholders' meeting to be called in due time.

- 6 CONCLUSION:** There being no further matters to discuss, the meeting was concluded at 8:20 p.m. for the these minutes to be drawn up, which were read, approved and signed by the attending members of the Board of Directors and by the President and Secretary. São Paulo, August 10, 2020. **Board:** President: Nécio José Monteiro Fernandes; Secretary: Henry Sergio Sztutman. **Attending Members of the Board of Directors:** Nercio José Monteiro Fernandes, Alberto Menache, Alon Dayan, Roger de Barbosa Ingold and João Cox Neto.

*I certify that this is a true copy of the minutes drawn up in the proper book.*

São Paulo, August 10, 2020.

---

Henry Sergio Sztutman  
**Secretary**

**LINX S.A.**  
Publicly Held Company  
CNPJ: 06.948.969/0001-75  
NIRE: 35.300.316.584

**ANNEX I TO THE MINUTES OF THE BOARD OF DIRECTORS MEETING  
HELD ON AUGUST 10, 2020**

- 1** On August 10, 2020, at 5:00 pm, the members of the Board of Directors of Linx S.A. ("Linx" or "Company") met to discuss and resolve on the proposal ("Proposa") presented by STNE Participações S.A., a joint-stock corporation enrolled within CNPJ/ME under no. 35.767.420/0001-82 ("STNE") and indirectly controlled by STONECO LTD., a company organized and validly existing under the laws of the Cayman Islands, enrolled with CNPJ/ME under No. 31.752.270/0001-82 ("StoneCo" and, jointly with STNE, the "Stone Group"), for a possible business combination between the Company and STNE (the "Transaction").
- 2** This Annex I contains a detailed breakdown of the matters discussed in the meeting, as contained below:
- 3** The meeting was called on the same August 10<sup>th</sup>, at 2:00 pm, during the course of the board of directors' ordinary meeting, at the request of the CEO, Alberto Menache, who communicated the receipt of the Proposal from the Stone Group. The CEO also informed that the Proposal, which final terms were defined on August 10<sup>th</sup>, should be accepted by the Company before the disclosure of its quarterly financial statements (ITR) for the 2<sup>nd</sup> quarter, thus demanding an urgent resolution on the matter, in order to avoid the withdrawal of the Proposal by the Stone Group.
- 4** The documents of the Transaction were made available to the analysis of the members of the Board at the beginning of the meeting. Directors João Cox Neto and Roger Ingold ("Independent Directors") requested more time in order to further assess and evaluate the matter, to which the CEO, Alberto Menache, replied that, considering the term of validity of the Proposal, as described above, an eventual postponement of a decision on the matter would result on the loss of a business opportunity for the Company.
- 5** Subsequently, the financial advisor Goldman Sachs began to present the financial analysis of the Transaction based on market references, covering a comparative performance analysis between the stocks of both Linx and StoneCo, the assumptions for the share exchange ratio, analysis of Linx stock value and the Transaction's implicit premium based on a series of criteria, including comparisons with implicit premiums in similar transactions and estimates of recommended target-prices as per research analysts' reports.
- 6** When questioned by the Independent Directors, the financial advisor confirmed that the financial analysis of the Transaction based on market references was creating a premium for the Company's shareholders in the amount of approximately BRL 1.4 billion when

compared to the closing price from this date, and that the valuation parameters used for the Transaction were in line with the premiums of past transactions and above the consensual target-price set by analysts on this date.

- 7 Having clarified the economic fundamentals of the Transaction, and considering the unfeasibility of postponing a decision *versus* the perspective of standing before a transaction of major importance for the Company's future, the Board went on to examine the information made available by the CEO, Alberto Menache, about the structure of the Transaction:
- 8 Before the matter was put to a vote, the Independent Directors asked to go over the legal structure and the documents to be signed, as received by email at 5:02 pm on this date.
- 9 The request made by the Independent Directors was accepted by the Chairman of the Board, and the legal counsels Pinheiro Neto Advogados and White & Case presented the main terms and conditions of STNE's Proposal, as set forth below:
  - (i) The combination between STNE's and Linx's activities will be implemented through (a) a merger of the totality of the shares issued by Linx into STNE ("Merger of Shares"), with the attribution, to Linx's shareholders, of mandatorily redeemable preferred class A and class B shares, issued by STNE; and (b) the redemption of the totality of these new mandatorily redeemable shares of STNE (the "Redemption of Shares"), against the payment of amounts in cash and the granting of class A shares issued by StoneCo, traded at NASDAQ - Nasdaq Stock Market ("NASDAQ").
  - (ii) Upon approval of the Merger of Shares, new mandatorily redeemable preferred class A and class B STNE shares would be granted to Linx shareholders, at the ratio of one (1) class A and one (1) class B mandatorily redeemable preferred share for each one (1) common share issued by Linx ("New Shares"). The New Shares shall have the same rights and benefits already ascribed to them in the bylaws of STNE.
  - (iii) Immediately after the implementation of the Merger of Shares, the Redemption of Shares will take place as follows: (i) each one (1) preferred class A STNE share shall be redeemed upon payment, in cash, to each shareholder, of BRL 30.39, adjusted *pro rata die* based on CDI's variation counted as from the sixth (6th) month after the execution date of the Joint Venture Agreement; and (b) each one (1) preferred class B STNE share shall be redeemed upon grant, to its shareholder, of 0,0126774 class A StoneCo shares, traded at NASDAQ.
  - (iv) The shares exchange ratio agreed between the parties attributes an amount per share of the Company representing a significant premium over the average trading value of the 30 days before August 7<sup>th</sup>, 2020, and above the average of recommended target-price estimates, pursuant to research analysts' reports made

available on this date, generating an approximate absolute premium to shareholders of R\$1.4 billion when compared to the closing price from this date.

- (v) The Protocol and Justification of Merger of Shares (*Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações* – the “Protocol”) can set forth alternatives of combination between cash or class A StoneCo shares, given that the disbursement of BRL 5,441,122,179.42 and handing of 2,269,802 StoneCo Class A shares is maintained.
- (vi) The closing of the Transaction is subject to the verification of usual conditions precedent for transactions of this nature, including, without limitation, (i) the definitive approval of its consummation by the Brazilian Administrative Council for Economic Defense (*Conselho Administrativo de Defesa Econômica* – CADE); (ii) the F-4 Form registration statement by StoneCo, in accordance with the US Securities Act of 1933; (iii) the approval, by the shareholders of Linx, of the (a) waiver of the application of Article 43 of the Bylaws of Linx, related to the possible obligation of STNE to carry out a tender offer for Linx shares as a result of the Transaction; (b) waiver of the adhesion of STNE to the Novo Mercado listing level of B3; and (c) Merger of Shares, including, but not limited to the Protocol and the respective appraisal report; and (iv) the approval, by the shareholders of STNE, of the (a) Merger of Shares, including, but not limited to the Protocol and the respective appraisal report; and (b) Redemption of Shares, as a subsequent and interdependent act of the Merger of Shares. The approval by the shareholders of Linx shall also require the approval of a majority of the free float of Company attending the general shareholders’ meeting of the Company that will deliberate on the Transaction, in accordance with the terms of the single paragraph of article 46 of the Novo Mercado Regulation, as well as the approval of at least half of the Company’s voting shares, as per paragraph 2 of article 252 of the Brazilian Corporate Law.
- (vii) The exclusivity obligation to be undertaken before the Stone Group for the conclusion of the Transaction, with the express carve-out that, if under the exclusive initiative of a third party, and provided that there is no active movement by the Company from the date of signature of the Joint Venture Agreement, the Company is approached in writing by a third party with the intention of submitting a proposal that competes with the Transaction, the Company’s management, within the scope of its Board of Directors, is authorized to receive and evaluate the proposal in question, with the involvement of the its hired advisors, in the best interest of the Company, being certain that such conduct, including the possible recommendation for the approval of a competing proposal by the Company’s Board of Directors, will not constitute a violation of the exclusivity obligation assumed in the Joint Venture Agreement. In case a competing Transaction with a third party is carried out, the Company shall pay STNE a compensatory fine in the amount of BRL 605 million, or, 25% of such amount in case the Merger of Shares and delisting from Novo Mercado is not approved by the general shareholders’ meeting. In case the CADE approval of the Transaction is not obtained, STNE



shall pay Linx a compensatory fine of BRL 605 million. In the event any of the parties does not comply with any of its obligations undertaken under the Joint Venture Agreement, Linx or STNE shall pay the innocent party a compensatory fine in the amount of BRL 605 million.

- (viii) Within the context of the Transaction, Linx's founding shareholders shall enter into voting commitment to vote affirmatively for the approval of the Transaction, exception made for possible legal impairments. Additionally, Linx founding shareholders shall commit not to transfer their shares during the term of the Transaction's agreement.
- (ix) Finally, as an imposed condition by STNE, as an essential element to the Transaction, the founding shareholders occupying key-positions shall enter into non-compete and non-solicit agreements with compensation, and STNE also made a proposal for the hiring of the Company's current CEO in order to retain him as a service provider for the Stone Group, in both cases conditioned to the conclusion of the Transaction,.

**10** After the structure of the Transaction was presented, the Independent Directors started to discuss its main terms and conditions with the advisors and the other Directors. Having reviewed the draft of the Joint Venture Agreement and Voting Commitment, besides the already mentioned inquiries, the Independent Directors made several other questions to the attending advisors, as summarized below:

- (i) With regard to the value ascribed to the Company's shares in relation to the minimum provided in Article 43 of the Bylaws, as recently reviewed in the general shareholders' meeting that took place on April 30, 2020, as acknowledged by all members, the Independent Directors expressed their concern, especially considering that the non-approval of the waiver of the mandatory tender offer due to an increase of participation would entail the payment of a fine around BRL 150 million by the Company.

Said fine would also apply to Linx in case of (a) non-approval of the Transaction by at least half of the voting shares, under the terms of the Article 252, paragraph 2 of the Brazilian Corporations' Law; or (b) non-approval of the proposal of waiver of adherence to the Novo Mercado listing segment of B3, under Article 43, single paragraph of the Novo Mercado Regulation.

The Independent Directors questioned if the amount of the fine of BRL 150 million was aligned with the market practices and if it was justifiable in the context of the Transaction.

The CEO Alberto Menache clarified that the referred fine was a deal condition demanded by the Stone Group for the Transaction, in the sense that it would serve as compensation for the transactional costs of the Stone Group and the significant fine obligations demanded by the Company from the Stone Group for its

commitment with the Transaction, in line with market practices, and that Stone Group would not accept its reduction or removal.

At this point, Goldman Sachs, the financial advisor, gave examples of break-up fees practiced in both national and international markets that confirmed the existence of precedents within the negotiated thresholds.

The financial and legal advisors gave several examples of companies and recent cases in which the shareholders approved the withdrawal or waiver of the section dealing with the mandatory tender offer due to the acquisition of a relevant equity stake. The legal counsel explained that the implementation of a transaction by an inferior implicit price to the value provided in Article 43 of the Bylaws through its withdrawal or waiver by the general shareholders' meeting (as intended by the Transaction), does not violate the Bylaws, the regulation or applicable law.

- (ii) Then, the Directors discussed about the applicability of the compensatory fine to Linx in the amount of BRL 605 million, questioned by the Independent Directors due to its high value.

It was clarified that the fine would only be due by Linx in case of a withdrawal or violation of the obligations, especially of the exclusivity commitment with the Stone Group. The CEO, Alberto Menache, informed that the amount was determined on a reciprocal basis to both parties, therefore, Stone Group would be subject to the payment of a fine in the same amount in case of withdrawal of the Transaction, which was an important protection to Linx in the Transaction.

Specifically in relation to the exclusivity obligations, the legal advisors clarified that the independent members of the Company's Board of Directors will be able to receive and analyze unsolicited offers, protecting the Company's right to receive superior offers from third parties and safeguarding the managers' fiduciary duties and the best interest of the Company.

- (iii) The Independent Directors questioned whether the Joint Venture Agreement grants the applicability of the same compensatory fine in the amount of BRL 605 million to the Stone Group, covering exit events and keeping the symmetry between the penalties applicable to the parties, especially in return to the Company's exclusivity obligation.

In this sense, in order not to give the Stone Group an exit event without the payment of the fine, the Independent Directors also discussed the importance to clarify in the documents that the deadline for the occurrence of Linx's general shareholders' meeting resolving on the approval of the Transaction is counted from the effectiveness of the Form 4-F (a condition precedent of the Stone Group).

It was clarified that if the Transaction is not consummated by an act of Stone Group's responsibility, and if CADE does not approve the Transaction (without

Linx's fault) or if the approval is obtained with restrictions, and/or Stone Group does not comply with its obligations to consummate the Transaction, Stone Group will be responsible to pay to the Company a compensatory fine in the amount of BRL 605 million.

- (iv) The Independent Directors also discussed the importance of removing some risks of the MAC Clause, which could cause the Stone Group's exit from the deal without payment of a fine, as effect of a possible fallback from the pandemic. The legal counsel confirmed that the trigger for the application of a material adverse effect would be a downfall in the Company's annual revenue of 20%, excluding the pandemic's effects.
- (v) Regarding possible juridical problems related to the delisting of the Company's shares of NYSE, after about an year of listing, legal advisor White & Case informed that there would not be any restraint or penalty applicable to the Company, as the delisting was acceptable, even if made at a lower value than the listing, since more than a year had elapsed from the initial offering.
- (vi) The Independent Directors were informed of the existence of conflict of interest of the Directors and founding shareholders Nécio José Monteiro Fernandes, Alberto Menache and Alon Dayan, with regard to the obligations with compensation preventing them from competing in the future, as well as other compensation instruments that were, as informed, a condition included by the Stone Group for the Transaction.

The contracts received by e-mail still lacked complete information on the agreed amounts, which is why, having been questioned by the Independent Directors, the CEO Alberto Menache informed the following amounts offered by the Stone Group as indemnification for the non-compete obligations, to be paid on StoneCo shares for a period of 3 years: (a) BRL 100 million for the founding shareholder Nécio José Monteiro Fernandes; (b) BRL 100 million for the founding shareholder and CEO Alberto Menache; and (c) BRL 15 million for the founding shareholder Alon Dayan, with a positive or negative variation of up to 5%, provided that such amounts do not carry any proportional relation with the equity stake held by each founding shareholder.

Questioned by the Independent Directors, CEO Alberto Menache confirmed that this was a demand made by the Stone Group, highlighting that the inclusion of the non-compete clause is an essential condition for the Transaction, to which legal counsel indicated that such matter had been explicitly provided for in section 6.8 of the Joint Venture Agreement.

Still on the matter, it was clarified by the legal counsel, in response to the Independent Directors, that (a) those are private instruments to be entered into by and between the founding shareholders and the Stone Group, without the agreement or intervenience of the Company; (b) the corresponding terms and

conditions will be fully disclosed, and the non-competition and non-solicit obligations are within market practices and do not violate any rules to which the Company is subject to; and (c) said hiring does not pose any burden or impact to either the Company or its shareholders.

Specifically regarding the commitment of CEO Alberto Menache, legal counsel clarified that the justification for the coexistence of non-compete and employment agreements is related to the fact that the non-compete agreement assures Stone Group that the CEO will not compete with the Stone Group even in the event that he does not remain within the Stone Group after the conclusion of the Transaction, given that the employment agreement may be terminated at any time if its existence it is no longer of interest of the parties.

The legal counsel further confirmed that such agreements dealing with compensation and indemnification for non-compete and non-solicit obligations do not represent a breach to the governance practices, the Bylaws or any applicable regulation or law.

It was noted that Directors Nécio José Monteiro Fernandes, Alberto Menache and Alon Dayan, in relation to their obligations with compensation that prevent them from competing in the future, as well as other compensation instruments, declared themselves impaired from intervening in discussions exclusively regarding this matter, pursuant to Article 156 of the Brazilian Corporations Law.

As the non-compete and non-solicit obligations of the founding shareholders and the CEO proposal were imposed by the Stone Group and given that the Company will not be a party to such agreements, which will only produce effects when and if the Transaction is concluded, the content of the agreements to be executed with the founding shareholders and the CEO was not submitted to a resolution by the Board of Directors. This event, however, did not hinder in any aspect the acknowledgement of the terms and conditions provided for in such agreements, nor the approval of the Transaction as a whole, which is beneficial to the Company and its shareholders.

- (vii) Finally, after presenting clarifications to all of the questions of the Independent Directors, the local and foreign legal counsel reaffirmed to the Independent Directors that the Transaction complied with all the applicable legal and governance principles, especially with transparency principles.

Considering the facts and reasons presented by advisors to substantiate their conclusions, as well as the thoroughly explained and considered economic analysis, the Independent Directors considered the most relevant terms of the Transaction to be sufficiently clarified for an informed and cautioned decision making on their end.

- 11** The Directors established as a fundamental assumption for the resolutions under discussion that the market should be given full disclosure as to the Proposal terms and conditions, upon the publication of all the contracts and documents related to the Transaction, in order to make sure that, in the future, the Company's general meeting could rely on all elements and complete information to take a definite resolution over the terms of the Transaction.
- 12** Considering that the Transaction will only be ultimately approved upon the shareholders' consent, pursuant to the quorums provided by law and applicable regulation, it was established that a fairness opinion will be presented to the Board of Directors by a first tier financial institution in order to guarantee the fairness of the exchange of shares provided in the Transaction, before the submission of the management proposal to the Company's general meeting that will resolve on the Transaction.
- 13** The Directors requested the Board of Officers to keep them informed about the next steps until the execution of the final documents and the verification of the conditions precedent.
- 14** In view of the above and based on the information provided by the CEO, Alberto Menache, and on the clarifications provided by the advisors, the Board of Directors understood that the implementation of the Transaction is aligned with the best interests of the Company and will generate value to the shareholders due to the significant premium negotiated, thus recommending, by unanimous vote, the execution by the Company of the Joint Venture Agreement and related documents for the implementation of the Transaction, under substantially equal terms to the ones presented to the Board of Directors in this meeting, after the requested adjustments were made and according to the additional discussions and the clarifications of interest in this Annex.
- 15** Once the Proposal described herein was approved, the Board of Directors authorized the Board of Officers to execute the Joint Venture Agreement and related documents on behalf of the Company for the implementation of the Transaction and, with its execution, disclose a Material Fact for the Company's shareholders acknowledgement about the relevant matters of the Transaction, under the terms of applicable law. The conclusion of the Transaction is subject to the approval in the Company's shareholders meeting to be called in due course.

São Paulo, August 10, 2020

Presiding Board:

---

Nécio José Monteiro Fernandes  
Chairman

---

Henry Sergio Sztutman  
Secretary

Board members:

---

Nécio José Monteiro Fernandes

---

Alberto Menache

---

Alon Dayan

---

João Cox Neto

---

Roger de Barbosa Ingold